

MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DO EXÉRCITO FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011



MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DO EXÉRCITO FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nº 108/2010 e 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

APE – Associação de Poupança e Empréstimo

AUDIT – Auditoria Interna

BE – Boletim do Exército

BNH – Banco Nacional da Habitação

BSC – Balanced Scored Card

CCIEx – Centro de Controle Interno do Exército

CORCI – Coordenadoria de Riscos e Controles Internos
 CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CREA/DF – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal

DocNix – Sistema de Gestão de Documentos

DOM – Diretoria de Obras Militares

DOU – Diário Oficial da UniãoES – Empréstimos Simples

EF – Empréstimo Fardamento

EX - Exército

FAM – Fundo de Apoio à Moradia

FHE – Fundação Habitacional do Exército

IAB – Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil

LOA – Lei Orçamentária Anual

NPOR – Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva

MF - Financiamento Micro Fácil

PEM – Programa Especial de Moradia da FHE

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PNR – Próprio Nacional Residencial

PROCAP – Programa Casa Própria da FHE

PRT – Portaria

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal

TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília

UG – Unidade Gestora

UIA – Conselho da União Internacional dos Arquitetos

UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

INTRO	ODUÇÃO	. 6
DESE	NVOLVIMENTO	.8
1	INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	.8
1.1	1 Relatório de Gestão Individual	.8
ATING	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, CONSIDERANDO O GIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS GUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES DA UNIDADE	.9
2.1	1 Responsabilidades institucionais da unidade	.9
2.2	2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	13
3	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	22
3.1	1 Composição do quadro de servidores ativos	22
3.2	2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	22
3.3	3 Composição do Quadro de Estagiários	22
3.4	4 Custos associados à Manutenção dos Recursos Humanos	22
3.5	5 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA MEDIANTE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	22
3.6	5 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	28
COOP	INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, NTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	28
4.1	1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício	28
4.2	2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.	30
4.3	3 Análise Crítica	31
	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI № 8.730, DE 10 DE EMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	31
5.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	31
5.2	2 Análise Crítica	31
6	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	31
BENS, COMO LOGÍS INFOI	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE , MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO O REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA № 1/2010 E A PORTARIA № 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE STICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E RMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COICRETO № 5.940/2006	
8	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ	35
ACÓR	INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM RDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE IDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO	35
INTER	INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE RNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO AMENTO	36
INFO	RMAÇÕES CONTÁBEIS DE GESTÃO	37

CONCLU	JSÃO	58
3.	Notas Explicativas	44
2.	Demonstrações Contábeis	37
1.	Declaração do Contador	37

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	8
QUADRO A.3.5.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	24
Quadro A.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referênci	
Quadro A.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	29
Quadro A.4.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes	30
Quadro A.6.1 – Estrutura de controles internos da UJ	31
Quadro A.7.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	33
Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	35
Ouadro A.9.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	36

INTRODUÇÃO

O presente relatório de gestão tem por objetivo a apresentação da prestação de contas da Fundação Habitacional do Exército – FHE, referente ao exercício de 2011, que conforme determinado na Decisão Normativa do TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, é prestado na forma Individual.

O relatório está estruturado em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. Na parte do Desenvolvimento estão discriminados os itens da Parte A, anexo II, da Decisão Normativa do TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, que se aplicam à FHE.

Não se aplicam à realidade da FHE, conforme DN n°108, os itens elencados e justificados abaixo:

- **Parte A, Item 3** Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: não se aplica, tendo em vista o que prevê o art 3°, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: "Art 3°. À Fundação Habitacional do Exército FHE não serão destinados recursos orçamentários da União."
- **Parte A, Item 4** Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores: não se aplica, tendo em vista o que prevê o art 3°, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: "Art 3°. À Fundação Habitacional do Exército FHE não serão destinados recursos orçamentários da União."
- **Parte A, Item 7** Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010: não se aplica, pois a FHE não possui contratos registrados nos sistemas mencionados.
- **Parte A, Item 11** Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros: não se aplica.
- **Parte A, Item 13** Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008: não se aplica, pois a FHE não apresenta situação que se enquadre neste aspecto.
- Parte A, Item 14 Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS e à Seguridade Social: não se aplica, pois a FHE não apresenta situação que se enquadre neste aspecto.
 - Parte C Conteúdo específico por UJ: não se aplica, em razão das especificidades da FHE.

Considerando que a FHE não estabeleceu, em seu Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2010, indicadores de desempenho, mas metas a atingir com definição de verbas

orçamentárias, neste relatório será apresentada a avaliação dos resultados, com base na utilização dessas verbas no cumprimento dos objetivos durante o exercício de 2011.

Podemos destacar como principais realizações da gestão no exercício de 2011, o bom desempenho do financiamento imobiliário, com destaque para o lançamento do produto "Meu 1° Imóvel"; o produto Consórcio que recebeu alto índice de aprovação, conforme resultados de pesquisa realizada com os clientes; a concessão de Apoio Social, Cultural e Esportivo; o início do Projeto de Inovação e Melhorias de Processos, que envolve todas as Unidades Técnico-Administrativas da Instituição; a revisão do Planejamento Estratégico; e a criação da área específica para Análise de Ambiente Interno e Externo e Inteligência Competitiva.

Para 2012, além da entrega e comercialização de empreendimentos habitacionais em mais de uma localidade do território nacional, do acompanhamento dos produtos e serviços, a FHE trabalhará para a implementação das primeiras melhorias levantadas no Projeto de Inovação; acompanhará o Planejamento Estratégico Institucional; e realizará, sistematicamente, análise de ambiente interno e externo, e de produtos em relação ao mercado.

DESENVOLVIMENTO

1 Informações de identificação da unidade jurisdicionada – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da	UJ – Relatório de Ges	tão Individual			
	Poder e Órgã	o de Vinculação			
Poder: Executivo					
Órgão de Vinculação : Comando	Código SIORG: 00094				
	Identificação da Ur	idade Jurisdiciona	da		
Denominação completa : Fundaçã	io Habitacional do Exér	cito			
Denominação abreviada: FHE					
Código SIORG: 00957	Código LOA: Nã	o se aplica	Código SIAFI: Código do Órgão (27201) – Código Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001)		
Situação: Ativa					
Natureza Jurídica: Fundação Púb	olica de Direito Privado				
Principal Atividade : Outras atividespecificadas anteriormente.	dades de serviços financ	eiros não	Código CNAE: 6499-9/99		
Telefones/Fax de contato:	(061) 3314-7500	(061)3314-7545	(061)3314-7623 (FAX)		
E-mail: ouvidoria@poupex.com.b	<u>r</u>		·		
Página na Internet: http://www.f	he.org.br				
Endereço Postal: Av. Duque de C	Caxias, s/nº – Setor Milit	ar Urbano – Brasília	a-DF – CEP 70630-902		
	Normas relacionadas à	Unidade Jurisdici	onada		
Normas de criação e alteração da l	Unidade Jurisdicionada				

- Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980 Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências;
- Decreto nº 86.050, de 1º de junho de 1981 Constitui a Fundação Habitacional do Exército, aprova o seu Estatuto, e dá outras providências;
- Lei nº 7.059, de 06 de dezembro de 1982 Altera o artigo 30 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, que Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências;
- Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989 Amplia as atividades da Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências;
- Decreto de 24 de maio de 1994 delega competência ao Ministro de Estado do Exército para aprovar o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (FHE).

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Portaria do Comandante do Exército nº 21, de 21 de janeiro de 2009 Aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (DOU nº 84, de 06 de Maio 2009);
- Portaria do Comandante do Exército nº 1.041, de 26 de outubro de 2010 Altera o § 4º do art. 7º do Estatuto da Fundação Habitacional do Exército, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 021, de 27 de janeiro de 2009.
- Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011 Aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (DOU nº 230, de 01 de dezembro de 2011).

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada Não se aplica. Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada Código SIAFI Nome Não se aplica. Não se aplica. Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada Código SIAFI Nome Não se aplica. Não se aplica. Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões Código SIAFI da Unidade Gestora Código SIAFI da Gestão Não se aplica. Não se aplica.

2 Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades da unidade

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência Institucional

2.1.1.a Art. 1º da Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989:

- . "As atividades da Fundação Habitacional do Exército FHE, criada pela Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, ficam ampliadas para prestar apoio social aos militares do Exército, atendendo a diretrizes e orientação do Comandante do Exército, podendo a referida Fundação, para esse fim, realizar as operações que se fizerem necessárias"
- De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à FHE recursos orçamentários da União. Deste modo, a Fundação não está inserida no Orçamento Geral da União e os objetivos e metas também não são previstos na Lei Orçamentária Anual e nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

2.1.1.b Estatuto da FHE - Capítulo II - da Competência - Art. 3º:

"Compete à FHE para a consecução dos seus objetivos:

- I. facilitar o acesso à casa própria aos associados da APE/POUPEX, prioritariamente aos militares do Exército;
- II. realizar empreendimentos habitacionais cujo interesse venha a ser manifestado pelo Comandante do Exército;
- III. contribuir para o bem-estar social da família militar, atuando prioritariamente nas áreas habitacional e de assistência social;
- IV. incentivar a captação de poupança, buscando eficiência, produtividade e solidez econômico-financeira;
- V. realizar operações financeiras e tomar empréstimos junto à APE/POUPEX e a outros agentes financeiros, na qualidade de agente integrante do SFH;
- VI. realizar, diretamente ou em cooperação com outras entidades, pesquisas e estudos de natureza técnica na área da construção civil e no campo social, visando principalmente à economia na produção de habitações para os associados da APE/POUPEX;
- VII. cooperar com órgãos e entidades integrantes do SFH, naquilo que se relacione com as atividades e objetivos desse Sistema;
- VIII. conceder empréstimos aos seus beneficiários, com prioridade para os militares do Exército; e
 - IX. constituir e administrar grupos de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços.

- §1º A FHE pode ainda assumir direta ou indiretamente a responsabilidade pela elaboração e execução de estudos e projetos que considere prioritários nos seus campos de atuação e negociá-los com grupos e entidades interessados, participando inclusive nos empreendimentos decorrentes.
- §2° À FHE é facultado receber doações no País e no exterior, observada a legislação pertinente, podendo, na contratação com entidades estrangeiras, aceitar cláusulas e condições usuais nessas operações."

Art. 6° da Lei n° 6.855, de 18 de novembro de 1980:

"Compete, ainda, à Fundação Habitacional do Exército – FHE:

- I. Supervisionar a aplicação de recursos da Associação de Poupança e Empréstimo
 POUPEX concedidos a agentes promotores de programas habitacionais;
- II. Desenvolver, em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnica e econômica, a fim de fornecer base à melhoria, aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas relacionados com suas atividades;
- III. Realizar, diretamente ou em cooperação, estudos técnicos e científicos, visando às atividades do ramo de construção civil e afins, aos fatores de produção da habitação e ao treinamento de profissionais a elas vinculados;
- IV. Aprovar e coordenar programas especiais, em caráter de excepcionalidade, particularmente para os associados de baixa renda;
- V. Autorizar investimentos pela Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX em outras áreas onde o Banco Nacional da Habitação BNH aplique seus próprios recursos, com o objetivo de obter maior rentabilidade do capital empregado, tendo em vista viabilizar programa imobiliário;
- VI. Adquirir terrenos para serem revendidos, sem caráter especulativo, aos agentes promotores que utilizem recursos da Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX;
- VII. Atuar como sociedade mandatária dos associados da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, nas suas Assembléias, independentemente da outorga de mandato;
- VIII. Fiscalizar as obras e serviços dos agentes promotores do que trata o inciso I."
- 2.1.1.c Normas Relacionadas à Gestão e Estrutura Estabelecem a Estrutura Orgânica da Gestão sob Exame: a estrutura orgânica da FHE é estabelecida no capítulo III de seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 21, de 27 de janeiro de 2009:

Atual gestão:

Presidente

• Gen Ex Reserva Remunerada ERON CARLOS MARQUES – nomeado pela PRT/EX/MD nº 1.288, de 29 Dez 2010 (DOU 30 Dez 2010).

Vice-Presidente

• Gen Div Reserva Remunerada RICARDO BARBALHO LAMELLAS – nomeado pela PRT/EX/MD nº 560, de 06 Jul 2010 (DOU 07 Jul 2010).

Diretor de Administração Financeira

• Sr. JAIRO ALVES DOS SANTOS – nomeado pelo Decreto de 04 Ago 1995 (DOU 07 Ago 1995).

Diretor Administrativo

• Gen Bda da Reserva Remunerada CLAUDIO ROGÉRIO PINTO – nomeado pela PRT/EX/MD nº 565, de 07 Jul 2010 (DOU 08 Jul 2010).

Diretor de Produtos

• Sr LETÍCIO DE CAMPOS DANTAS FILHO – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 1.042, de 26 Out 2010 (DOU 28 Out 2010).

Diretor de Habitação

• Gen Div Reformado WALTER PEREIRA GOMES – Nomeado pelo Decreto 12 Abr 1999 (DOU 13 Abr 1999).

Diretor de Crédito Imobiliário

 Sr JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 071, de 24 Fey 2010.

Conselho de Administração:

Os § 1°, 2° e 3° do art. 5° do Estatuto da FHE, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército n° 21, de 27 de janeiro de 2009, fixa a seguinte composição para o Conselho de Administração:

Presidente do Conselho - Secretário de Economia e Finanças do Exército

• Gen Ex GILBERTO ARANTES BARBOSA – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 200, de 30 Mar 2010 (BE nº14, de 09 Abril 2010)

Vice-Presidente do Conselho – Presidente da FHE

• Gen Ex Reserva Remunerada ERON CARLOS MARQUES – nomeado pela PRT/EX/MD nº 1.288, de 29 Dez 2010 (DOU 30 Dez 2010).

Secretário do Conselho - Vice-Presidente da FHE

• Gen Div Reserva Remunerada RICARDO BARBALHO LAMELLAS – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 560, de 06 Jul 2010 (DOU 07 Jul 2010).

Representante do Banco do Brasil S/A

- Sr. ANTÔNIO CÁSSIO SEGURA Nomeado pela PRT/EX/MD nº 868, de 12 Nov 2009 (BE nº 45, de 13 Nov 2009).
- Sr. MARCO TÚLIO MORAES DA COSTA Nomeado pela PRT/EX/MD nº 481, de 08 Ago 2011 (DOU de 09 Ago 2011).

Membros indicados pelo Comandante do Exército

- Gen Div JORGE ERNESTO PINTO FRAXE Nomeado pela PRT/EX/MD n° 868, de 12 Nov 2009 (BE n° 45, de 13 Nov 2009).
- Gen Bda WAGNER OLIVEIRA GONÇALVES Nomeado pela Portaria nº 172, de 11 Mar 2011 (DOU de 16 Mar 2011).
- Gen Div PAULO KAZUNORI KOMATSU Nomeado pela Portaria nº 387, de 04 Jul 2011 (DOU de 06 Jul 2011).
- Sr. JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO Nomeado pela Portaria nº 868, de 12 Nov 2009 (BE nº 45, de 13 Nov 2009). Recondução pela Portaria nº 721, de 21 Nov 2011 (DOU nº 226, de 25 Nov 2011).

2.1.2 Objetivos estratégicos

2.1.2.a Promover o acesso à moradia.

Diretrizes:

- Viabilizar a produção de Empreendimentos Habitacionais nas localidades onde haja demanda.
- Oferecer Programas, Fundos e/ou linhas de crédito que viabilizem, principalmente aos militares da ativa de menor poder aquisitivo do Exército, a aquisição ou construção de imóvel, a compra de terrenos e/ou aquisição de material para a construção, buscando a maximização do retorno.

2.1.2.b Atender a demandas institucionais do Comando do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral.

Diretrizes:

- Prestar apoio às Organizações Militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral, com o patrocínio de atividades culturais, assistenciais e de cunho social.
- Atender às demandas do Comando do Exército relativas às operações de Remanejamentos Patrimoniais.
- Oferecer seguros de vida e/ou acidentes pessoais, gratuitamente, aos menores assistidos por programas sociais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, alunos em formação (CPOR/NPOR, Colégios Militares e Fundação Osório) e para os que ingressam no Serviço Militar Obrigatório (Cabos e Soldados).

2.1.2.c Oferecer soluções em produtos e serviços que promovam qualidade vida.

Diretrizes:

- Conceder crédito pessoal ao público-alvo em condições diferenciadas de prazo, preço e agilidade de atendimento.
- Oferecer opções de Seguros diversos buscando propiciar condições diferenciadas ao público preferencial.

 Oferecer modalidades de Consórcios diversos, além do imóvel, com taxas inferiores às praticadas pelas demais administradoras.

2.1.2.d Gerir a POUPEX.

Diretrizes:

- Promover, nos limites estatutários, operações com a POUPEX.
- Contribuir para o desenvolvimento da POUPEX.

2.1.2.e Desenvolver e gerenciar o negócio.

Diretrizes:

- Propiciar canais de relacionamento que garantam maior satisfação e proximidade com o cliente.
- Identificar e utilizar meios que propiciem, de forma continuada, a gestão integrada dos processos organizacionais e a otimização de recursos.
- Implementar práticas de gestão de pessoas que assegurem qualidade de vida no trabalho, satisfação dos empregados e desenvolvimento profissional.
- Implementar Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação que viabilize a realização dos negócios.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da FHE

O processo estratégico da FHE é descentralizado e participativo, iniciando-se com a definição do Referencial Estratégico, que abrange um conjunto de fases onde são identificadas as declarações institucionais que consolidam a definição do seu negócio: a missão, visão, valores, diretrizes e objetivos estratégicos. Essas declarações se fundamentam na Legislação Básica, Estatuto e demais normativos complementares, buscando estabelecer as linhas genéricas de atuação a serem seguidas pela alta administração e por seus empregados.

O planejamento estratégico da FHE, até o ano de 2011, foi elaborado para um intervalo de quatro anos. Nele foram formuladas as estratégias para períodos de curto, médio e logo prazo, no qual se buscou o conhecimento do ambiente onde se encontra inserida a Instituição, para que as decisões tomadas minimizassem as incertezas e gerassem os resultados esperados.

O planejamento estratégico quadrienal foi dividido em Objetivos e Metas visando nortear as atividades estratégicas, com revisões anuais. Esse instrumento é definido pela Diretoria e submetido à aprovação ao Conselho de Administração, de acordo com o previsto em Estatuto e demais normativos.

A missão da FHE, baseada na premissa de "Promover melhor qualidade de vida aos seus Clientes, facilitando o acesso à casa própria e a seus produtos e serviços", direciona todos os programas de ação que são desenvolvidos no âmbito interno e externo.

A FHE produz empreendimentos voltados para o cumprimento de sua finalidade institucional de facilitar o acesso à casa própria aos militares, na busca constante por promover qualidade de vida desses clientes. Desde 1981, ano de criação, esta instituição construiu 141 empreendimentos habitacionais em todo o país.

Para garantir a tranquilidade e a saúde do seu público-alvo e familiares a instituição disponibiliza diversos ramos de seguro, em condições específicas (moldadas com exclusividade) e especiais, para beneficiar a Família Militar, em todo o Território Nacional.

Além da oferta de produtos e serviços, a FHE colabora com incentivos a atividades educacionais, esportivas, assistenciais e culturais desenvolvidas em Organizações Militares e com outros parceiros institucionais. Os patrocínios e apoios sociais atendem a projetos de excelência condizentes com as necessidades dos públicos aos quais se destinam.

No aspecto da gestão integrada, a FHE prosseguiu desenvolvendo e aperfeiçoando seus processos organizacionais, lançando o Projeto de Inovação e Melhorias de Processos. Este projeto iniciou-se em 1º julho com objetivos de aumentar a satisfação dos clientes; reduzir o tempo gasto na realização dos trabalhos; reduzir os custos para a Instituição; buscar maior controle e visibilidade gerencial; garantir a conformidade com regulamentações, entre outros. Este projeto possui etapa de finalização em 2012.

Em 2011, foi criada a área de Análise de Ambiente Interno e Externo e Inteligência Competitiva com o objetivo de analisar os cenários interno e externo, visando monitorar a necessidade de alteração na gestão estratégica; estabelecer, em coordenação com as gerências, o repertório de necessidades gerenciais para a inteligência competitiva; entre outros.

Neste ano, houve também a revisão do modelo de Planejamento Estratégico, que foi marcada pela revisão dos Direcionadores Estratégicos; alteração do período de apuração, de quadrienal para quinquenal; e a instituição do Mapa Estratégico, baseado no modelo do *Balanced Score Card* (BSC). Essas alterações foram implementadas e divulgadas em 2011, para a execução e acompanhamento do Planejamento Estratégico do quinquênio 2012-2016.

2.2.2 Análise do plano de ação da FHE

De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

Assim, a Fundação desenvolve planos de ação, definidos de acordo com os Objetivos Estratégicos, dentro de sua competência, principalmente voltados para o atendimento do seu público-alvo (militares das Forças Armadas), utilizando de recursos próprios e parte de recursos oriundos de empréstimo junto à Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX.

Objetivo: Promover o acesso à moradia.

Planos de Ação:

- Ampliar a produção de Empreendimentos Habitacionais.
- Comercializar as unidades relativas aos Empreendimentos Habitacionais.
- Efetivar a venda de terrenos adquiridos pela FHE e/ou obtidos por Remanejamentos Patrimoniais.

Adquirir terrenos para a construção de Empreendimentos.

Resultados alcançados:

Estava previsto o valor de R\$ 22.038 mil para Empreendimentos Habitacionais. Do montante, foi realizado R\$ 15.210 mil para o andamento das obras do Portal das Américas/Rio de Janeiro - RJ e a conclusão do empreendimento Portal dos Lírios/Brasília-DF.

Dentre as realizações de 2011, a FHE lançou novo projeto de construção de unidades habitacionais em Brasília/DF, o Empreendimento Via Azaleas, localizado no Bairro de Águas Claras, uma parceria com a Via Engenharia. No segundo semestre, iniciou a entrega das unidades do empreendimento Portal dos Lírios, em Brasília/DF, e a comercialização do Portal das Américas, no Rio de Janeiro/RJ, que tem entrega prevista para o 1º semestre de 2012.

Para 2011, foi orçado entrada de recursos, no valor de R\$ 18.225 mil referente à venda dos terrenos nos seguintes locais: Morro do Farol/Osasco-SP, Cachoeira do Sul/RS, Chácara Boa Esperança/Campinas-SP e Dourados/MS. Foram realizados R\$ 19.044 mil, referente às parcelas pela venda do terreno do Morro do Farol/Osasco-SP e à contabilização de transferência do saldo do residencial Portal dos Lírios, referente à conta Obras em Andamento para obras concluídas – unidades prontas. As demais vendas não ocorreram, em razão das propostas recebidas estarem abaixo do valor de mercado.

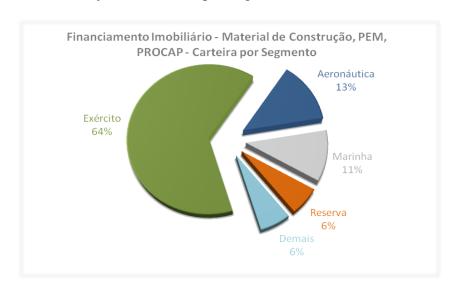
No mesmo ano, estava previsto saída de recursos no montante de R\$ 4.060 mil para aquisição de terrenos em Sobradinho e Samambaia/Brasília-DF, não ocorrendo em razão do valor ofertado pela TERRACAP estar acima do mercado.

Planos de Ação:

- Conceder financiamentos imobiliários vinculados ao Programa Especial de Moradia -PEM (aquisição, construção e compra de terreno).
- Conceder financiamentos para aquisição de Material de Construção.

Resultados alcançados:

Em 2011, a FHE se destacou na concessão de financiamento imobiliário. Em abril, foi lançado o Programa Meu 1º Imóvel para facilitar ainda mais a compra ou a construção de imóvel residencial a militares de carreira do Exército e seus pensionistas. Este programa, juntamente com o Programa Casa Própria (PROCAP) e com o Programa Especial de Moradia (PEM), concedeu 15,22% a mais que em 2010, atingindo um montante de R\$ 196.417 mil de recursos liberados, dos quais R\$ 80.164 mil na linha de Financiamento de Material de Construção e R\$ 116.252 mil nas linhas de Aquisição e Construção de imóveis nos Programas PROCAP, PEM e Meu 1º Imóvel.



Liberação de Recursos por Segmento em 2011

Objetivo: Atender a demandas institucionais do Comando do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral.

Planos de Ação:

- Conceder Patrocínios/Apoio Social e Cultural.
- Executar as obras de contrapartida do Remanejamento Patrimonial.
- Custear os Seguros para os beneficiados, oferecendo seguros de vida e/ou acidentes pessoais, gratuitamente, aos menores assistidos por programas sociais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, alunos em formação (CPOR/NPOR, Colégios Militares e Fundação Osório) e para os que ingressam no Serviço Militar Obrigatório (Cabos e Soldados).

Resultados alcançados:

Em 2011, 904 apoios ou patrocínios foram concedidos a Organizações Militares, de assistência social, atletas e projetos culturais. Pode-se destacar o apoio concedido aos 5º Jogos Mundiais Militares, realizados em julho de 2011, no Rio de Janeiro/RJ. Estava destinado para o ano de 2011 o valor de R\$ 14.442 mil para essa modalidade e foram realizados R\$ 14.292 mil.

A previsão orçamentária de 2011 para obras, em contrapartida ao remanejamento patrimonial, previa recursos no valor de R\$ 3.527 mil a serem empregados em projetos e obras de engenharia nas cidades de Brasília/DF e Porto Alegre/RS. Foram realizados R\$ 27 mil no pagamento de parcela dos projetos de arquitetura e executivo para a construção de edifício residencial em Porto Alegre – previsto para iniciar em 2012. Quanto às obras em Brasília, estão em fase de análise por parte do Exército.

Jovens em processo seletivo para as Forças Armadas contam com um seguro de vida em grupo, oferecido gratuitamente pela FHE. Os alunos de Centros e Núcleos de Preparação de Oficias da Reserva (CPOR e NPOR) têm direito a essa modalidade de seguro, também de forma gratuita. Estudantes de colégios militares são beneficiados com apólice de seguro de acidentes pessoais. Para essas modalidades de seguros, estavam previstos R\$ 531 mil e foram realizados R\$ 554 mil,

representando aumento de 4,33% do valor orçado. Em relação ao realizado em 2010, o aumento foi de 4,52%.

Objetivo: Oferecer soluções em produtos e serviços que promovam qualidade de vida.

Planos de Ação:

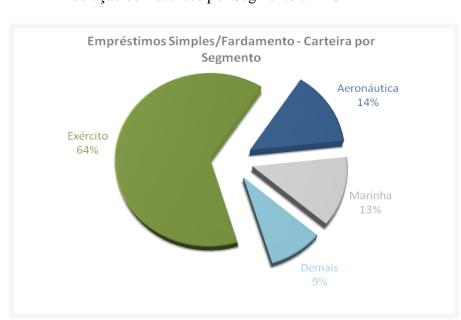
- Incrementar o saldo da carteira de Empréstimo Simples e Fardamento.
- Incrementar o saldo da carteira de Micro Fácil.

Resultados alcançados:

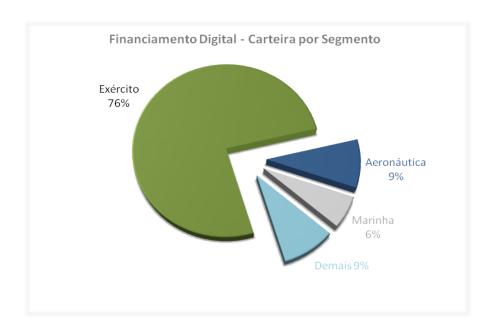
Com relação ao Crédito Pessoal, continuou com sua política de oferecer empréstimos com as melhores condições de taxas de juros e prazo, priorizando o atendimento aos integrantes das Forças Armadas. As carteiras de Empréstimo Simples, Empréstimo Fardamento e Micro Fácil encerraram o ano com 123.109 clientes, apresentando saldo de R\$ 1.819 milhões, com decréscimo de 4,81% no volume de recursos em relação a 2010. Apesar dos produtos Empréstimo Simples e Fardamento terem apresentado um pequeno aumento no número de contratos vigentes (1%), o volume de recursos foi menor que 2010. O produto Micro Fácil concedeu, em 2011, 58% do total do realizado em 2010.

Em razão do desempenho do Micro Fácil, ao final de 2011, o produto foi aperfeiçoado, de forma a atender à demanda do mercado e acompanhar as inovações tecnológicas, resultando na ampliação da lista de itens financiáveis, redução da taxa de juros e aumento do prazo de financiamento. A partir de dezembro de 2011, o produto teve as novas condições implementadas e passou a se chamar Financiamento Digital FHE.

Em 2011, o índice de inadimplência das três linhas de crédito consignado da FHE (pessoa física) foi de 1,22% em quantidade de contratos e de 0,93% em volume de recursos, ambos comparados com o fechamento de 2010. Houve a continuidade na adoção de medidas para a gestão responsável dos recursos.



Liberação de Recursos por Segmento em 2011



Planos de Ação:

- Intensificar a divulgação do FAM.
- Tornar o FAM Fundo de Apoio à Moradia mais competitivo.
- Incrementar as vendas de seguros em todas as modalidades oferecidas pela FHE.
- Ampliar a base de consorciados.

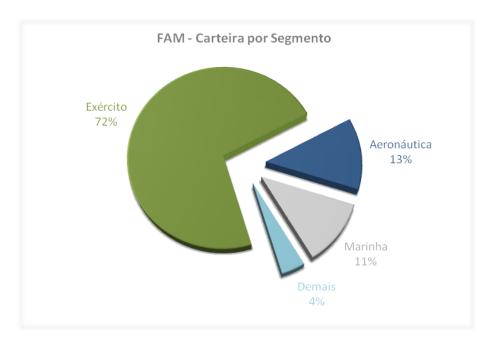
Resultados alcançados:

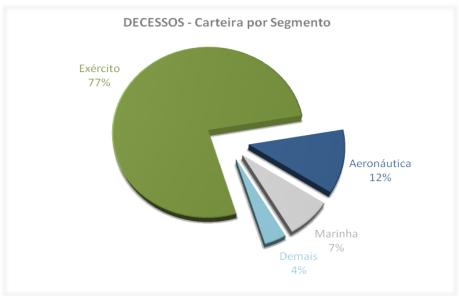
O Fundo de Apoio à Moradia (FAM) é um seguro coletivo de pessoas, composto por mais de uma apólice de seguro de vida com vasto leque de coberturas, oferecendo a melhor relação entre prêmio e capital segurado do mercado. O número de participantes do produto FAM, em dezembro 2011, foi de 231.794, representando aumento de 1,09% na quantidade em relação a 2010.

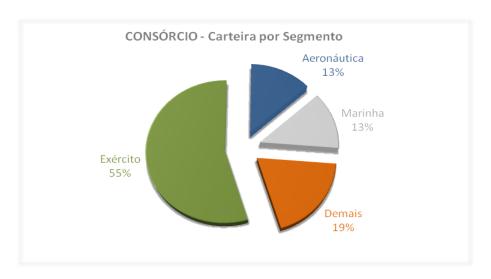
Por meio do Seguro Decessos, a FHE oferece à família militar a realização do funeral do segurado. Em dezembro de 2011, este seguro apresentou 214.479 segurados, representando aumento de 2,4% na quantidade em relação ao ano de 2010.

O seguro de automóvel fechou o ano de 2011 com 13.540 apólices, contra as 12.908 em 2010, resultando no aumento de 4,9% nesta modalidade.

Nas modalidades de consórcio, continuou empregando ações para melhorar a performance do produto, obtendo, assim, incremento no índice de retenção de clientes. Em 2011, foram negociadas 3.000 novas cotas, entre as modalidades de bens imóveis, bens móveis e serviços, com crescimento de 3,34% em relação ao volume realizado em 2010. A modalidade Imóvel foi responsável por 61% dessas negociações.







Objetivo: Gerir a POUPEX

Planos de ação:

- Monitorar os limites de abertura de crédito perante POUPEX.
- Monitorar a disponibilidade financeira da FHE, depositada na POUPEX (Depósitos Especiais).
- Monitorar os percentuais de Ressarcimento das Despesas com Pessoal.
- Monitorar e apurar os percentuais de ressarcimento relativos às despesas com informática geradas pela FHE e custeadas pela POUPEX.

Resultados alcançados:

A FHE, até janeiro 2012, manteve crédito junto a POUPEX. Em 2011, buscou recursos no montante de R\$ 39.190 mil para suprir seu fluxo de caixa diário, mas no decorrer do exercício adotou a política de amortização, com o objetivo de quitar a dívida. Assim, entre o pagamento de juros e amortizações extras, a FHE disponibilizou o montante de R\$ 416.300 mil para quitação da dívida e fechou o exercício com saldo devedor de R\$ 29.000 mil, cuja quitação ocorreu em fevereiro 2012.

Para consecução de suas atividades, a FHE utiliza parte do quadro de pessoal da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX – conforme o § 2°, do art. 1°, da Lei 6.855/1980 e o art. 2° de seu Estatuto, a FHE é gestora da POUPEX. Em contrapartida, a FHE realiza repasse mensal de recursos, a título de ressarcimento, à APE/POUPEX, correspondente a 64,59% da folha de pagamento da Associação, pela execução de trabalhos relacionados, exclusivamente, aos seus produtos e serviços. Para 2011, estava previsto no orçamento o valor de R\$ 95.134 mil a título de Ressarcimento de Despesas com Pessoal e realizado R\$ 96.736 mil, em razão de ajuste salarial da categoria, respeitando os limites estatutários. O ressarcimento refere-se aos 1.298 empregados, posição esta de dezembro de 2011.

A FHE também realiza, mensalmente, repasse à POUPEX, como forma de rateio de despesas com informática. O percentual, autorizado conforme Deliberação da Diretoria nº 014/06, de 17/07/06, é calculado semestralmente, segundo base de cálculo definida pela área de tecnologia e aplicado sobre o montante das despesas com informática. Para o ressarcimento relativo a essas despesas, no ano de 2011, o valor orçado foi de R\$ 3.587 mil e o valor realizado foi de R\$ 4.175 mil, que representou 14,11% a menor em relação ao realizado em 2010.

Objetivo: Desenvolver e Gerenciar o Negócio

Planos de ação:

- Continuar investindo na estruturação dos Pontos de Atendimento, bem como na profissionalização de sua força de venda.
- Comunicar aos clientes as atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como os resultados alcançados.
- Investir em instrumentos que possibilitem o conhecimento das expectativas e o perfil dos clientes finais e institucionais.

- Intensificar os esforços de comunicação nas Organizações Militares.

Resultados alcançados:

Para as contratações dos produtos e serviços, os clientes contam com a rede de atendimento da FHE: Escritórios Regionais; Postos de Atendimento; Central de Teleatendimento da FHE e PROSEG Corretora de Seguros. Até dezembro 2011, a FHE contava com 95 Pontos de Atendimento em todo o território nacional. No exercício, além das benfeitorias em alguns pontos de atendimento, houve o atendimento itinerante, denominado Ponto Móvel, com o objetivo de oferecer produtos e serviços naquelas Organizações Militares localizadas em áreas longínquas.

Em 2011, A FHE deu continuidade à realização de palestras junto às OM's com objetivo de divulgar seus produtos e serviços, comunicar as suas realizações e intensificar a proximidade com seu público-alvo. Essas palestras são conduzidas pelo Presidente da FHE, Vice-Presidente ou Chefe de Escritório ou de Posto lotado na respectiva Região Militar. Outra forma de comunicação com seus clientes é o envio mensal do Jornal Conquista, que também divulga produtos e serviços e comenta as principais realizações da FHE.

Em novembro de 2011, a Ouvidoria da FHE realizou uma pesquisa junto aos clientes do Consórcio Nacional POUPEX em que participaram 509 consorciados, entre os contemplados e não contemplados no produto. Dentre os resultados obtidos com a pesquisa, podemos destacar que 98% dos contemplados indicariam ou já indicaram o produto; e 94% dos não contemplados apontaram a taxa de administração e a confiança na instituição como os principais motivos a escolher a FHE.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

Assim, os objetivos e metas da Fundação Habitacional do Exército – FHE também não são previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

De acordo com o art. 3º a Lei 7.750/89 "À Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União". Seus recursos financeiros não são previstos na Lei Orçamentária Anual. Dessa forma, o desempenho dos produtos e serviços foi apresentado no item 2.2, subitem II, "Análise do plano de ação da FHE" e abaixo está discriminado o desempenho Institucional em 2011.

O superávit líquido em 2011 foi de R\$ 206.424 mil, com crescimento de 4,34% em relação ao obtido em 2010, R\$ 197.842 mil. Neste período, as receitas auferidas totalizaram R\$ 475.882 mil, sendo que, deste volume, 82% referiam-se as rendas da carteira de Empréstimos Simples. Foram registradas despesas totais de R\$ 269.458 mil destacando: 54% com despesas administrativas, 20% com despesas sobre empréstimos e 17% com provisões operacionais para o risco de crédito.

O Patrimônio Social, ao final do exercício de 2011, alcançou R\$ 2.074.639 mil, apresentando acréscimo de 10,18% em relação ao verificado no exercício anterior, R\$ 1.882.885 mil. Pode-se destacar no ano, a performance do produto Financiamento Imobiliário, em suas diversas modalidades, incremento na receita auferida com o produto Consórcio, além de reversões de provisões.

Em 31/12/2011, os ativos totais da FHE somavam R\$ 2.250.421 mil, apresentando decréscimo de 6,53% em relação a mesma posição no exercício anterior, R\$ 2.407.602 mil. Esta redução deve-se ao arrefecimento no valor de operações de crédito - Empréstimos Simples/Fardamento, que correspondem à 80,41% dos ativos totais existentes ao final de 2011.

3 Informações sobre recursos humanos da unidade

3.1 Composição do quadro de servidores ativos

A Composição da Diretoria da FHE é definida pelo art. 8° de seu Estatuto, na qual integram: Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores; todos nomeados pelo Comandante do Exército. A FHE possui em seu quadro de pessoal apenas um servidor público federal da ativa cedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Assim, o quadro funcional da Fundação Habitacional do Exército, em 31/12/2011, estava composto por 8 empregados.

Para consecução de suas atividades, a FHE utiliza parte do quadro de pessoal da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX – conforme o § 2°, do art. 1°, da Lei 6.855/1980 e o art. 2° de seu Estatuto, a FHE é gestora da POUPEX. Em contrapartida, a FHE realiza repasse mensal de recursos, a título de ressarcimento, à APE/POUPEX, correspondente a 64,59% da folha de pagamento da Associação. Segundo o art. 45, do Estatuto da APE/POUPEX, seus empregados serão remunerados apenas pela Associação, mesmo que no desempenho de suas funções exerçam atividades na FHE. Cabe ressaltar que a APE/POUPEX é fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e é submetida à auditoria independente.

3.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

- Não se aplica, conforme descrito no item 3.1.

3.3 Composição do Quadro de Estagiários

- Não se aplica, conforme descrito no item 3.1.

3.4 Custos associados à Manutenção dos Recursos Humanos

- Não se aplica, conforme descrito no item 3.1.

3.5 Locação de Mão de Obra mediante Contratos de Prestação de Serviços

3.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos

- Não se aplica, conforme descrito no item 3.1.

3.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Não se aplica, conforme descrito no item 3.1.

3.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Conforme tabela a seguir, serão demonstrados os Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Quadro A.3.5.3 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Fundação Habitacional do Exército – FHE

UG/Gestão: Código Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001) **CNPJ:** 00.643.742/001-35

Ano do	Area Nathress		Identificação do	TO THE TOTAL PROPERTY OF THE P				Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						
contrato			Contrato	` ,		F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	11	О	AEROCLIMA	32.912.750/0001-26	20/07/2011	20/07/2012	2	0	2	4	1	1	A	
2010	12	О	BRASFORT	36.770.857/001-38	1°/02/2010	1°/02/2013				17			P	
2009	3	О	BRASFORT	03.497.401/0001-97	1°/12/2009	1°/12/2012				25			P	
2010	11	О	ENGEPROM	04.762.861/0001-68	31/8/2010	31/8/2012	3	3	8	8	2	1	P	
2011	11	О	GHS	01.797.423/0001-47	6/10/2011	6/10/2012		2					A	
2011	L	О	RDJ	06.350.074/0001-34	1°/7/2011	1°/07/2012	66	64					A	
2010	11	О	TERRA VIVA	02.843.567/0001-55	02/08/2010	02/08/2012		3					P	
2008	1 / 6	О	WORLD SERVICE	04.386.852/0001-10	16/06/2008	30/06/2011		67					Е	
2008	1	О	WORLD SERVICE	04.386.852/0001-10	1°/2/2008	30/06/2011		3					Е	
2010	6	О	WORLD SERVICE	04.386.852/0001-10	1°/10/2010	1°/10/2012		2					P	
2009	1	О	ALFA & OMEGA	04.886.887/0001-18	1/7/2009	1/7/2012		1					P	
2010	1	О	ALFA & OMEGA	04.886.887/0001-18	24/11/2010	24/11/2012		1					P	
2009	1	О	ALFA & OMEGA	04.886.887/0001-18	16/2/2009	16/2/2012		1					P	
2009	1	О	ALFA & OMEGA	04.886.887/0001-18	16/2/2009	23/9/2011		2					Е	
2009	1	0	ALFA & OMEGA	04.886.887/0001-18	16/2/2009	27/9/2011		1					Е	

(Relatório de Gestão da Fundação Habitacional do Exército - FHE - 2011)......25/59

2010	1	0	ALFA & OMEGA	04.886.887/0001-18	3/11/2010	10/4/2011	1		Е
2011	3	О	ANGEL'S (7)	03.372.304/0001-78	1°/12/2011	1°/12/2012	4		A
2010	1	О	AUXÍLIO (8)	04.782.407/0001-79	3/3/2010	3/3/2012	1		P
2011	3	Е	CONDOR (9)	04.635.499/0001-87	1°/4/2011	30/6/2011	4		Е
2010	1	О	COLIM (10)	03.468.016/0001-11	8/1/2010	8/1/2013	1		P
2011	3	Е	DOM VICENTE (11)	10.983.313/0001-60	1°/4/2011	30/6/2011	3		Е
2010	1	0	ÉTICA (12)	09.422.042/0001-95	18/1/2010	2/9/2011	1		Е
2008	1	О	HIGI SERV (13)	78.570.397/0001-44	15/9/2008	15/9/2012	1		P
2009	1	0	IBEJA (14)	08.945.303/0001-99	16/6/2009	13/2/2011	1		Е
2009	1	0	JOPLIN (15)	84.624.329/0001-13	22/4/2009	22/4/2012	1		P
2003	1	0	LIMPBRÁS (16)	00.450.636/0001-35	1°/6/2003	Indeterminado	1		A
2011	1	О	MAFRA (17)	05.793.572/001-99	14/02/2011	30/6/2011	1		Е
2007	1	О	MILCLEAN (18)	02.666.114/0001-09	6/7/2007	6/7/2012	1		P
2009	1	О	ORCALI (19)	83.892.174/0001-33	2/2/2009	2/2/2012	1		P
2007	1	0	ORG. SOARES (20)	03.249.869/0001-62	13/8/2007	10/8/2012	1		P
2007	1	0	PROLIM (21)	07.199.872./0001-70	3/9/2007	3/9/2010	1		Е
2007	1	О	PROLIM (22)	07.199.872./0001-70	11/7/2007	27/5/2011	1		Е
2007	1	О	PROLIM (23)	07.199.872./0001-70	10/9/2007	30/6/2011	1		Е
2010	1	О	PROTEMPORE (24)	03.682.495/0001-74	18/11/2010	31/8/2011	1		Е
2010	1	0	PROTEMPORE (25)	03.682.495/0001-74	18/11/2010	31/8/2011	1		Е

(Relatório de Gestão da Fundação Habitacional do Exército - FHE - 2011)......26/59

2011	1	0	PRONTSERV (26)	10.926.785/0001-81	14/2/2011	14/2/2012	1		A
2009	1	0	SCOVAN (27)	83.353.912/001-74	2/3/2009	2/3/2012	1		P
2009	1	0	SCOVAN (28)	83.353.912/001-74	2/3/2009	2/3/2012	1		P
2009	1	0	SELP (29)	02.220.169/0001-82	2/1/2009	17/10/2011	1		Е
2009	11	0	SELP (30)	02.220.169/0001-82	1/4/2009	17/10/2011	1		Е
2005	1	0	SERVI-SAN (31)	06.855.175/0001-67	1°/2/2005	30/3/2011	1		Е
2011	1	0	SERVI-SAN (32)	06.855.175/0001-67	1/4/2011	1/4/2012	1		A
2008	1	0	SERVI-SAN (33)	06.855.175/0001-67	14/7/2008	14/7/2012	1		P
2008	1	0	SERV. VITÓRIA (34)	02.043.066/0001-94	7/8/2008	7/8/2012	1		P
2008	1	0	SERVLIMP (35)	05.795.290/0001-20	2/6/2008	2/6/2012	1		P
2008	1	0	SERVLIMP (36)	05.795.290/0001-20	1/10/2008	1/10/2012	1		P
2010	1	0	SERVLIMP (37)	05.795.290/0001-20	18/10/2010	18/10/2012	1		P
2008	1	0	SERVLIMP (38)	05.795.290/0001-20	1°/7/2008	30/6/2011	1		Е
2010	14	0	SETER (39)	05.791.379/0001-19	1°/11/2010	1°/11/2012	3		P
2010	1	Е	SILC (40)	02.360.516/0001-72	4/1/2010	4/4/2010	1		Е
2010	1	0	SILC (41)	02.360.516/0001-72	5/4/2010	5/4/2012	1		P
2010	1	0	SR SERVIÇOS (42)	01.582.046/0001-29	22/3/2010	22/3/2012	1		P
2007	1	О	TOTAL (43)	15.485.857/0001-16	1°/8/2007	30/9/2011	1		Е
2007	1	О	TOTAL (44)	15.485.857/0001-16	3/9/2007	17/9/2011	1		Е
2007	1	0	TOTAL (45)	15.485.857/0001-16	1°/8/2007	30/9/2011	1		Е

Observações: Refere-se à prestação de serviço nos Pontos de Atendimento: (1) Posto de Atendimento da FHE na Freguesia – PSTFR, Rio de Janeiro – RJ; (2) Posto de Atendimento da FHE em Niterói – PSTNI -RJ; (3) Escritório Regional da FHE no Galeão – ESCGA, Rio de Janeiro – RJ; (4) Escritório Regional da FHE no Rio de Janeiro – ESCRJ – RJ; (5) Escritório Regional da FHE na Praia Vermelha - ESCPV, Rio de Janeiro - RJ; (6) Posto de Atendimento da FHE na Escola Naval - PSTEN, Rio de Janeiro - RJ; (7) Posto de Atendimento da FHE em Niterói – PSTNI – RJ; (8) Escritório Regional da FHE em Natal – ESCRN – RN; (9) Posto de Atendimento da FHE em Niterói – PSTNI – RJ; (10) Escritório Regional da FHE em Juiz de Fora - ESCJF - MG; (11) Escritório Regional da FHE em Porto Alegre - ESCRS - RS; (12) Escritório Regional da FHE em Recife - ESCPE -PE; (13) Escritório Regional da FHE em Cascavel - ESCCV - PR; (14) Escritório Regional da FHE em Salvador - ESCBA - BA; (15) Escritório Regional da FHE em Porto Velho – ESCPH – RO; (16) Escritório Regional da FHE na Vila Militar – ESCVM, Rio de Janeiro – RJ; (17) Escritório Regional da FHE em Salvador – ESCBA – BA; (18) Escritório Regional da FHE em Taubaté – ESCTA – SP; (19) Escritório Regional da FHE em Florianópolis – ESCFL – SC; (20) Escritório Regional da FHE em Cuiabá – ESCMT – MT; (21) Posto de Atendimento da FHE no Bairro de Santana – PSTSN, São Paulo – SP; (22) Posto de Atendimento da FHE em São José dos Campos – PSTSJ – SP; (23) Posto de Atendimento da FHE em São Vicente - PSTSV - SP; (24) Escritório Regional da FHE em Manaus - ESCAM - AM; (25) Posto de Atendimento da FHE em Manaus - PSTMN -AM; (26) Posto de Atendimento da FHE em João Pessoa - PSTJP - PB; (27) Escritório Regional da FHE em Belém - ESCPA - PA; (28) Posto de Atendimento da FHE em Marabá - PSTMB - PA; (29) Escritório Regional da FHE em Santa Maria - ESCSM - RS; (30) Escritório Regional da FHE em Santa Maria - ESCSM - RS; (31) Escritório Regional da FHE em Fortaleza – ESCCE – CE; (32) Posto de Atendimento em Fortaleza – PSTFZ – CE; (33) Posto de Atendimento em Macapá – PSTMP – AP; (34) Posto de Atendimento em Boa Vista – PSTBV – RR; (35) Escritório Regional da FHE em Bagé – ESCBG – RS; (36) Escritório Regional da FHE em Pelotas – ESCPL – RS; (37) Posto de Atendimento da FHE em Cruz Alta – PSTCR – RS; (38) Escritório Regional da FHE em Porto Alegre – ESCRS – RS; (39) Posto de Atendimento da FHE em Campinas – PSTCA – SP; (40) e (41) Escritório Regional da FHE em Belo Horizonte - ESCMG - MG; (42) Escritório Regional da FHE em Curitiba - ESCPR - PR; (43) Posto de Atendimento da FHE em Corumbá PSTCB - MS; (44) Posto de Atendimento da FHE em Dourados - PSTDO - MS; (45) Escritório Regional da FHE em Campo Grande - ESCMS - MS.

LE	σĽ	IN	DΑ
_			

Area:

Conservação e Limpeza;

- Segurança;
- 3. Vigilância;
- 4. Transportes;
- 5. Informática;
- 6. Copeiragem;
- 7. Recepção;
- 8. Reprografia;
- Telecomunicações;
- 10. Manutenção de bens móvies
- 11. Manutenção de bens imóveis
- 12. Brigadistas
- 13. Apoio Administrativo Menores Aprendizes
- 14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Ouantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gerência da Compras e Contratos da FHE

Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

- Não se aplica, conforme descrito no item 3.1.

3.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

- Não se aplica, conforme descrito no item 3.1.
- 4 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Conforme tabelas a seguir, serão demonstradas as transferências recebidas pela FHE a título de remanejamento patrimonial, que são operações decorrentes de permutas de terrenos – de propriedade da União Federal, jurisdicionados ao Exército – por obras e serviços de engenharia contratados pela Fundação e entregues ao Exército, como contrapartida.

- 4.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício
- 4.1.1 Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2011

Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: FUNDAÇÃO	HABITACIONAL DO	EXÉRCITO - FHE									
CNPJ: 00.643.742/0001-35 UG/GESTÃO: Código Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001)											
	Informações sobre as transferências										
		do instrumento Beneficiário	Val	ores Pactuados	ados Valores						
Modalidade	Nº do instrumento		Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até	Vigê	ència	Sit		
				•		exercício	Início	Fim			
1	0412500	00.394.452/0269-19	14.949.850,35	11.100.000,00	9.203,90	15.057.956,02	01/11/2004	01/11/2009	1		
1	0511800	00.394.452/0269-19	5.100.000,00	5.064.656,79	0,00	5.262.934,17	20/12/2005	20/12/2010	2		
1	0604600	00.394.452/0269-19	14.300.000,00	10.000.000.00	0,00	9.426.191,25	06/06/2006	06/06/2016	1		

(Relatório de Gestão da Fundação Habitacional do Exército - FHE - 2011)......29/59

Modalidade:

- 1 Convênio
- 2 Contrato de Repasse
- 3 Termo de Cooperação
- 4 Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 Adimplente
- 2 Inadimplente
- 3 Inadimplência Suspensa
- 4 Concluído
- 5 Excluído
- 6 Rescindido
- 7 Arquivado

Fonte: Gerência de Patrimônio da FHE

4.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios										
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome:	FUNDAÇÃO H	NDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE								
CNPJ:	00.643.742/000	643.742/0001-35								
UG/GESTÃO:	Código Gestão (digo Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001)								
		Quantidade de	instrumentos cele	brados em cada	da Montantes repassados em cada exercício, independentemente do					
Modalidad	Modalidade		exercício			celebração do instrumento (em R\$ 1,00)				
		2011	2010	2009	2011	2010	2009			
Convênio					9.203,90	307.059,22	1.446.260,15			
Contrato de Repasse										
Termo de Cooperação										
Termo de Compromisso										
	Totais				9.203,90	307.059,22	1.446.260,15			
Fonte: Gerência de Patrimo	ônio da FHE									

4.1.3 Quantidade de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.4.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes											
Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO	Nome: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE										
CNPJ: 00.643.742/0001-35 UG/GESTÃO: Código Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001)											
	Qtd. de instrumentos		Valores (R\$ 1,00)		% do Valor global repassado						
Modalidade	com vigência em 2012 e seguintes	Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	até o final do exercício de 2011						
Convênio	03	34.349.850,35	29.747.081,44	3.236.850,78	86,60						
Contrato de Repasse											
Termo de Cooperação											
Termo de Compromisso											
Totais	03	34.349.850,35	29.747.081,44	3.236.850,78	86,60						
Fonte: Gerência de Patrimônio da FHE		_									

4.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

- Não se aplica, conforme descrito no item 4.

4.3 Análise Crítica

O Convênio de nº 0412500 não foi concluído dentro do prazo de vigência uma vez que o Exército não definiu todas as demandas de obras e serviços necessárias para a extinção dos recursos. A celebração de aditivos ao termo de ajuste é consequência de iniciativas do próprio Exército.

Quanto ao Convênio de nº 412500, a diferença entre o valor do imóvel e o valor das obras de contrapartida, equivalente à R\$ 3.849.850,35, foi constituída em crédito do EB para com a FHE, ressarcida mediante a execução e/ou a entrega de obras e/ou serviço de engenharia de interesse do EB.

O Convênio de nº 0511800 foi considerado inadimplente em razão de a Fundação Habitacional do Exército ter cumprido todas as obrigações ajustadas e, até a presente data, não ter recebido o terreno, objeto do mencionado convênio.

Quanto ao Convênio 0511800, a diferença entre o valor do imóvel e o valor das obras de contrapartida, equivalente à R\$ 35.343,21, foi constituída em crédito do EB para com a FHE, ressarcida mediante a execução e/ou a entrega de obras e/ou serviço de engenharia de interesse do EB.

Convênio de nº 0604600 foi prorrogado por 5 anos e a diferença entre o valor do imóvel e o valor das obras de contrapartida, equivalente à R\$ 4.300.000,00, foi constituída em crédito do EB para com a FHE, ressarcida mediante a execução e/ou a entrega de obras e/ou serviço de engenharia de interesse do EB.

5 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

5.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Em cumprimento ao art. 1º da Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, a Fundação solicita aos agentes constantes do Rol de Responsáveis a entrega da cópia da Declaração de Bens e Rendas, as quais são arquivadas na Gerência de Pessoal desta Fundação, ficando a disposição dos controles internos e externos, em conformidade com o prazo fixado pela Secretaria da Receita Federal. As Declarações de 2011 serão entregues até 30/04/2012.

5.2 Análise Crítica

- Não se aplica, conforme descrição do item 5.1.

6 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da uj

Quadro A.6.1 – Estrutura de controles internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à				X	
consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					

2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os	1			X	
servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				A	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e			X		
servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados				11	X
planejados pela UJ.	1	2	3	4	5
Avaliação de Risco 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	X
			X		Λ
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			Λ		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa)		X			
envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da					
probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para					
mitigá-los. 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e		X			1
de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		Λ			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no			X		
perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos		X			
internos da unidade.					ļ
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os				X	
riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam				X	
consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão				X	
diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e			11	X	
indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma				1	
eficaz. 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em				X	
todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	1	2	2	1	_
Monitoramento 28 O sistema de controle interno de LUL é constantemente monitorado para evaliar sua	1	2	3 X	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
uvunações sorridas.		1			<u> </u>

30. O sistema de controle in	nterno da I	UJ tem	contribuído	para a	a melhoria	de seu		X	
desempenho.									

Considerações gerais:

- 1) o Sistema de Controles Internos da Fundação Habitacional do Exército FHE prima por realizar acompanhamento constante das operações de crédito realizadas pela Instituição, tendo como objetivo principal implementar melhorias nos processos operacionais conduzidos pela diversas Gerências;
- 2) em 2011 realizou-se mapeamento dos processos operacionais em toda a Instituição, o que contribuiu e contribuirá sobremaneira para que a atuação do Sistema de Controles Internos seja ainda mais efetiva; e
- 3) a partir do exercício de 2012 realizar-se-ão reuniões bimensais com a participação das áreas que formam o núcleo desse Sistema, representado pela Auditoria Interna, a Consultoria Técnica e de Planejamento, a Ouvidoria e a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos. A pretensão dessas reuniões será tratar assuntos afetos às áreas operacionais que, eventualmente, poderão ser convidadas a participar das reuniões, no sentido de elucidar dúvidas, contribuir com informações e se engajar em procedimentos de melhoria dos processos sob suas responsabilidades.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Coordenadoria de Risco e Controles Internos

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Quadro A.7.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis								
Aspectos sobre a gestão ambiental				Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5			
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem								
em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos								
produtos e matérias primas.					X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade								
ambiental foram aplicados?								
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente								
adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior		X						
quantidade de conteúdo reciclável.								
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados								
por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex.			X					
produtos de limpeza biodegradáveis).								
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a								
existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex:								
ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido								
considerada nesses procedimentos?								
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor					v			
consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X			

• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses				
produtos sobre o consumo de água e energia?				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	А			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e				
menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi	A			
incluído no procedimento licitatório?				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização,				
reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido	A			
manifestada nos procedimentos licitatórios?				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e				X
qualidade de tais bens/produtos.				Λ
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,				
possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da		X		
edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e		Λ		
materiais que reduzam o impacto ambiental.				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua			X	
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			A	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a				
diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha		A		
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade				
de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus				
servidores.	X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha				
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				

Considerações Gerais:

- Item 1: Sistema de medição individualizado de consumo de água e de energia e comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.
- Item 4: Na aquisição de parte dos impressos gráficos tem sido exigida das gráficas a certificação Forest Stewardship Council que garante a origem das matérias-primas de florestas manejadas de forma ecologicamente
- Item 5: Não é possível mensurar, visto que o edifício sede foi planejado com esta finalidade. Logo, não é possível estabelecer comparação com outros períodos.
- Item 13: A Gerência de Administração da Sede não promoveu campanhas, entretanto, tomou ações que visam a preservação do meio ambiente.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Gerência de Compras e Contratos da FHE (item 1 ao 9); Gerência de Engenharia da FHE (item 10); Gerência de Administração da Sede da FHE (item 11 ao 13).

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da uJ

As respostas ao quadro A.12.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada - não se aplicam a FHE. Inclusive justificadas por meio do Ofício FHE/PRESI nº 194/2010 de 25 Nov 2010, endereçado ao Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação, tratando do Questionário PERFIL GOVTI 2010 onde explica, em detalhes, que a FHE não possui área de TI institucionalizada, valendo-se da estrutura da entidade por ela gerida, a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX (art 1°, § 2°, da Lei 6.855, de 18NOV1980).

Para cobrir as despesas de TI referente ao apoio prestado, a FHE realiza, mensalmente, repasse à POUPEX, correspondente ao rateio.

A POUPEX elabora o seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação -PETI, em consonância com o Planejamento Estratégico das duas instituições (FHE e POUPEX).

A POUPEX segue as normativas e regras estabelecidas pelo Banco Central. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação segue o arcabouço normativo por ele criado.

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

Quadro	A.9.1 - Cumprimento d	as deliberações do TCU atendi	das no exc	ercício					
Unidade Jurisdicionada									
Denominação completa:									
Fundação	Habitacional do Exérci	to – FHE				957			
	Deliberações do TCU								
Deliberações expedidas pelo TCU									
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicaç	ação Expedida			
01	TC-028.066/2007-3	3410 / TCU – Plenário, de 08 de dezembro de 2010	9.2.1	DE		663 / 2010 – IAG, de 16 de e 2010			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG			
Fundação Habitacional do Exército – FHE						957			
Descricã	o da Deliberação:								

9.2.1 enquanto não for editado novo regulamento referido no item 9.1.1 deste acórdão, abstenha-se de aplicar às suas licitações e contratos os dispositivos do regulamento veiculado pela Portaria 152/2007 contrários à Lei 8.666/93, devendo ser aplicadas, em substituição aos dispositivos regulamentares inquinados, as disposições da referida lei.

Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação	Código SIORG					
Fundação Habitacional do Exército – FHE	957					

Síntese da providência adotada:

A FHE, inicialmente, afastou a incidência de seu Regulamento de Licitações e Contratos naquilo que incompatível com a Lei de Licitações, em certames e contratações posteriores à intimação do julgado e decidiu, doravante, valerse, apenas, dos preceitos da Lei 8.666/93. Portaria 152/2007 revogada pela Portaria 248, de 20 de abril de 2011, do Comandante do Exército.

Fonte: Auditoria Interna da FHE

Quadro A.9.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

- Não existem pendências de atendimentos.

Quadro A.9.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI					
	Unidade Jurisdicionada				
Denomina	Denominação completa: Código SIORG				
Fundação l	Habitacional do Exército - FHE			957	
	Re	comendações do OCI			
	Recomer	ndações expedidas pelo OCI			
Ordem	Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Item do RA Comun		nicação Expedida		
01	Relatório de Visita de Auditoria, de 16 de maio de 2011	3.2.2; 3.3.1.2; 3.4.1.3; 3.4.2.4; 3.5.2; 3.6.2; 3.7.3 e 3.9.1.2.		125 – SAGEF / le 02 de agosto de	
Órgão/ent	Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORo				
Fundação Habitacional do Exército – FHE			957		
	Pı	ovidências Adotadas			
Setor resp	onsável pela implementação			Código SIORG	
Fundação Habitacional do Exército – FHE			957		
Síntese da providência adotada:					
Todas as recomendações e/ou sugestões, propostas pelo OCI, foram consideradas, acatadas ou estão em fase de adoção no âmbito da FHE.					
Fonte: Auditoria Interna da FHE					

Quadro A.9.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

- Não existem pendências de atendimentos.
- 10 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento

Quadro A.10.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

- As recomendações e/ou sugestões efetuadas pela Auditoria Interna da FHE estão sendo implementadas.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE GESTÃO

1. Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL - EXERCÍCIO DE 2011

Declaro que os demonstrativos contábeis, elaborados à luz da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e as alterações advindas da Lei nº 11.638 de 28.12.2007, constantes na Prestação de Contas Anual e no Relatório de Gestão do exercício de 2011, refletem a adequada situação financeira e patrimonial da Fundação Habitacional do Exército.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 20 de abril de 2012.

MARIA DE FÁTIMA M. GONÇALVES

Contadora - CRC DF 008116/0-1

2. Demonstrações Contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília - DF

ATIVO	31.12.2011 R\$ mil	31.12.2010 R\$ mil
CIRCULANTE	604.725	609.054
DISPONIBILIDADES	6.400	350
Caixa	4	2
Depósitos em Instituições Financeiras	6.396	348
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS	332	199
LIVRES	332	199
Cotas de Fundos de Investimentos	332	199
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.318	5.061
SFH - FGTS a ressarcir	34	0
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	5.284	5.061
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	34.560	43.561
Imóveis	34.560	43.570
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	0	(9)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	552.236	538.584
Financiamentos Imobiliários	25.511	43.966
Financiamento - Digital	1.293	0
Empréstimos	528.830	503.586
(-) Provisão para Operações de Crédito	(3.398)	(8.968)
OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS	5.879	21.299
Rendas a Receber	1.147	1.378
Adiantamentos	1.252	2.233
Títulos e Créditos a Receber - E.S.	0	15.955

(Relatório de Gestão da Fundação Habitacional do Exército -	FHE - 2011)	38/59
Pagamentos a ressarcir	65	0
Devedores Diversos - País	2.541	2.904
Caução	842	0
Material em Estoque	32	39
Diversos	0	75
(-) Provisão para Outros Créditos	0	(1.285)
NÃO CIRCULANTE ATIVO REALIZÁVEL A LONGO	1.645.696	1.798.548
PRAZO	1.554.201	1.701.563
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	35.044	31.838
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	17.972	17.248
FCVS-Financiamentos com Recursos Próprios	21.840	19.358
(-) Provisão para Perdas em Créditos Vinculados	(4.768)	(4.768)
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	127.087	119.364
Imóveis	127.183	120.594
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(96)	(1.230)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.388.595	1.538.822
Financiamentos Imobiliários	113.576	171.808
Financiamento - Digital	874	2.975
Empréstimos	1.288.003	1.392.645
(-) Provisão para Operações de Crédito	(13.858)	(28.606)
OUTROS CRÉDITOS	3.475	11.539
Créditos a Recuperar	334	334
Títulos e Créditos a Receber a Prazo	17.042	16.647
(-) Provisão para Títulos e Créditos a Receber a Prazo	(17.042)	(10.199)
Devedores por depósitos em garantia	3.141	4.757
INVESTIMENTOS	0	34
Ações e Cotas	0	34
IMOBILIZADO	91.495	96.951
Edificações e Terrenos	1.699	1.529
Acessão em imóvel	84.187	84.187
Móveis e Equipamentos de Uso	4.895	4.187
Sistema de Comunicação	1.157	1.152
Sistema de Processamento de Dados	11.408	11.409
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(11.851)	(5.513)
TOTAL	2.250.421	2.407.602
PASSIVO	31.12.2011 R\$ mil	31.12.2010 R\$ mil
	K\$ mil	K\$ mil
CIRCULANTE	175.782	118.607
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	77.471	50.306
Refinanciamentos (Sistema Financeiro da Habitação)	5.284	5.061
Obrigações por Empréstimos no País (APE-POUPEX)	72.187	45.245
OUTRAS OBRIGAÇÕES	98.311	68.301
Fiscais e Previdenciárias	800	741
Recursos do PROMORAR - Taxa de Ocupação	3.652	3.576
Adiantamentos Recebidos (Promitentes Compradores de	40.267	15 005
Imóveis)	42.367	15.825
Credores por Recursos a Liberar Provisão para Pagamentos a Efetuar	10.160	9.436
Provicao nara Pagamentos a Hietijar	0.007	0.000
Provisão para Passivos Contingentes	8.086 7.285	8.008 8.469

(Relatório de Gestão da Fundação Habitacional do Exército -	FHE - 2011)	39/59
Obrigações Junto ao Com. do Exército - Remanejamento de		
Imóveis	5.100	5.109
Obrigações Junto a Poupex - Custo com Pessoal	14.532	12.125
Recursos Garantias Realizadas	3.404	3.184
Prêrmios de Seguros a Repassar	888	853
Valores Recebidos	825	102
Diversas	1.212	873
NÃO-CIRCULANTE	0	406.110
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	0	406.110
Obrigações por Empréstimos no País (APE-POUPEX)	0	406.110
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.074.639	1.882.885
SUBVENÇÃO INICIAL	621	621
RESERVAS ESPECIAIS	97.433	97.433
Doações e Subvenções para Investimentos	1.452	1.452
Participações em Resultados da APE-POUPEX	95.981	95.981
RESERVAS DE RESULTADOS PRÓPRIOS	1.770.161	1.586.989
Reserva de Resultados Próprios	1.770.161	1.586.989
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	206.424	197.842
Superávit do Exercício	206.424	197.842
TOTAL	2.250.421	2.407.602

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)

Em 31/12/2011

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília – DF C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil EXERCÍCIO 2011		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
	2011	2010	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO	206.424	197.842	
AJUSTES PARA RECONCILIAR O RESULTADO AO CAIXA			
LÍQUIDO			
APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS:	31.559	71.864	
Provisão Operações de Crédito	27.209	45.219	
Reversão/Provisão - Outros	(2.300)	22.315	
Provisão - FCVS	268	24	
Depreciações/Amortização	6.382	4.306	
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES:	(230.909)	(262.545)	
Baixa de Provisão para Operações de Crédito	(46.473)	(30.178)	
Baixa de Provisão para Perdas c/Créditos			
Renegociados-ES	(4.805)	(10.424)	
Baixa de Provisão para Perda c/ FCVS	(59)	(29)	
Baixa de Provisão para Desvalorização de Imóveis	(1.143)		
Redução em FGTS a Ressarcir	(33)	0	
Aumento em FCVS	(3.429)	(3.199)	
Redução/Aumento em Operações de Crédito	155.762	(152.993)	
Ajustes de Exercícios Anteriores - ES	14.652	0	

(Relatório de Gestão da Fundação Habitacional do Exército -	FHE - 2011)	40/59
Ajustes de Exercícios Anteriores - Digital	18	0
Redução em Outros Créditos	1.108	13.385
Redução em Outros Valores e Bens	7	15
Redução em Outras Obrigações	30.010	14.550
Redução/Aumento de Aplicações Imobiliárias		
Transitórias	2.421	(51.599)
Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES	(378.945)	(42.073)
OPERACIONAIS	7.074	7.161
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Investimentos	34	0
Alienação de Imobilizado de Uso	22	16
Aquisição de Imobilizado de Uso	(948)	(7.363)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE		
INVESTIMENTOS	(892)	(7.347)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE		
CAIXA	6.182	(186)
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DISPONIBILIDADES		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	549	735
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	6.731	549
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes		
de Caixa	6.182	(186)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília – DF

Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010
	R\$ mil	R\$ mil
1 - RECEITAS	444.282	404.659
1.1) Intermediação Financeira	429.806	407.863
1.2) Prestação de Serviços	27.141	42.372
1.3) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(20.067)	(60.081)
1.4) Outras	7.402	14.505
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	20.464	3.812
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	150.741	126.063
3.1) Materiais, energia e outros	29.469	27.049
3.2) Serviços de terceiros	5.486	6.713
3.3) Perda/Recuperação de valores ativos	0	0
3.4) Outras	115.786	92.301
3.4.1) Outras Despesas Administrativas - Custo de Pessoal	96.736	83.403
3.4.2) Outras Despesas Administrativas	4.418	5.429
3.4.3) Outras Despesas Operacionais	14.632	3.469
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	273.077	274.784
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	6.382	4.306

6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	266.695	270.478
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	111	30
7.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0
7.2) Outras	111	30
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	266.806	270.508
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	266.806	270.508
9.1) Pessoal	2.884	3.074
9.1.1 - Remuneração direta	2.616	2.435
9.1.2 - Benefícios	70	62
9.1.3 - F.G.T.S	198	577
9.2) Impostos, taxas e contribuições	4.821	3.775
9.2.1 - Federais	694	642
9.2.2 - Municipais	4.127	3.133
9.3) Remuneração de capitais de terceiros	52.677	65.817
9.3.1 - Aluguéis	319	301
9.3.2 - Juros	52.358	65.516
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	206.424	197.842
9.4.1 - Superávit Líquido	206.424	197.842

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL 2011

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília – DF

EVENTOS	SUBVENÇÃO INICIAL	RESERVAS ESPECIAIS	RESERVAS DE RESULTADOS PRÓPRIOS	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO SOCIAL
			- R\$ mil -		
Saldo em 31.12.2009	621	97.433	1.586.989	-	1.685.043
Superávit do Exercício	0	0	-	197.842	197.842
Saldo em 31.12.2010	621	97.433	1.586.989 *	197.842 *	1.882.885
Mutações do Período	0	0	0	197.842	197.842
			- R\$ mil -		
Saldo em 31.12.2010	621	97.433	1.586.989 *	197.842 *	1.882.885
Transferência do Superávit	0	0	197.842	(197.842)	0
Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	(14.670)	0	(14.670)
Superávit do Exercício	0	0	0	206.424	206.424
Saldo em 31.12.2011	621	97.433	1.770.161	206.424	2.074.639
Mutações do Período	0	0	183.172	8.582	191.754

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DO SUPERÁVIT 2011

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília – DF

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2011	31/12/2010
,	R\$ mil	R\$ mil
RECEITAS OPERACIONAIS	475.771	465.424
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	394.151	387.880
Rendas de Financiamentos Imobiliários/Habitacionais	27.350	13.688
Rendas de Empréstimos Simples	366.373	373.645
Rendas de Financiamentos p/Aquisição de Microcomputadores	428	547
RENDAS DE DISPONIBILIDADES	3.578	2.815
Rendas de Depósitos na APE-POUPEX	3.533	2.777
Rendas de Investimentos	45	38
RECEITA NA COMERCIALIZAÇÃO DE		
IMÓVEIS	18.773	2.139
Receita na Comercialização de Imóveis	18.773	2.139
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27.141	42.372
Rendas de Intermediação de Seguros	18.064	33.975
Rendas de Intermediação de Cartão de Crédito	2	2
Rendas de Taxas de Administração de Consórcio	9.075	8.394
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	32.128	30.218
Recuperação de Créditos Baixados c/Prejuízo	10.787	13.001
Reversão de Provisão p/riscos operacionais	11.396	0
Reversão de Provisão p/operações de crédito	0	15
Reversão de Provisão p/Desvalorização de Imóveis	1.143	0
Recuperação de Encargos e Despesas	946	692
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.444	2.020
Rendas de Excedente Técnico	241	252
Outras Rendas Operacionais	1.121	12.638
Outras Reversões	4.050	1.599
DESPESAS OPERACIONAIS	(269.432)	(267.592)
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES P/EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(52.421)	(65.550)
Despesas de Refinanciamentos	(224)	(188)
Despesas de Empréstimos no País - Outras Instituições	(52.197)	(65.361)
Despesas de Empréstimos - Comissões	0	(1)
CUSTOS DOS IMÓVEIS COMERCIALIZADOS	(17.949)	(1.787)
Custos dos Imóveis	(17.949)	(1.787)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(142.811)	(129.371)
Despesas de Agua, energia e gás	(1.257)	(933)
Despesas de Alugueis	(319)	(301)
Despesas de Comunicações	(2.761)	(2.853)
Despesas de Material	(173)	(327)
Despesas de Diretoria e Conselho de Administração	(2.015)	(1.768)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(9.388)	(4.957)
Despesas de Pessoal	(1.535)	(1.918)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(14.952)	(16.776)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(656)	(1.019)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.316)	(3.764)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.151)	(1.014)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(3.020)	(1.935)
Despesas Tributárias	(2.772)	(2.311)

(Relatório de Gestão da Fundação Habitacional do	44/59	
Despesas com consórcio	(62)	(478)
Despesas com viagens	(28)	(22)

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2011 R\$ mil	31/12/2010 R\$ mil
Despesas de Remuneração por Custo de Pessoal	(96.736)	(83.403)
Remuneração por Custo de Processamento de Dados	(4.175)	(4.861)
Outras Despesas Administrativas	(495)	(731)
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	(37.845)	(65.050)
Despesas de Depreciação/Amortização	(6.382)	(4.306)
Despesas de Provisões Operacionais	(31.463)	(60.744)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(18.406)	(5.834)
Despesas de Remuneração de Outras Obrigações	(1.611)	(502)
Variação monetária de tributos	(1.355)	(819)
Cobertura de sinistro	(11.794)	(2.922)
Despesas de Contribuições ao SFH	(1)	(2)
Despesas de Seguros	(554)	(731)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociação	(2.478)	(473)
Despesas com Ações Judiciais	(432)	(131)
Outras Despesas Operacionais	(181)	(254)
SUPERÁVIT OPERACIONAL	206.339	197.832
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	110	35
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	110	35
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(25)	(25)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(25)	(25)
DÉFICIT NÃO OPERACIONAL	85	10
SUPERÁVIT LÍQUIDO	206.424	197.842

ERON CARLOS MARQUES
PRESIDENTE
CPF 048.365.107-91

MARIA DE FÁTIMA M. GONÇALVES CONTADORA CRC/DF 008116/O-1 CPF 217.147.540-49

3. Notas Explicativas

NOTA 1 - A INSTITUIÇÃO E SUAS OPERAÇÕES

A Fundação Habitacional do Exército - FHE é uma instituição criada pela Lei n. 6.855/80, supervisionada pelo Comando do Exército e com atuação em todo o território nacional. Possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social e tempo de duração indeterminado e é integrante do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

A FHE goza de imunidade tributária, de acordo com o art. 32 da Lei nº 6.855, de 18.11.1980, e, por esse motivo não está sujeita ao Imposto de Renda. Em relação à Contribuição Social é isenta por se enquadrar como fundação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Base da apresentação

A Fundação Habitacional do Exército possui algumas das características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do DL 200/67 e alterações, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para regular a FHE que, em realidade, a transforma num órgão diferente dos padrões usuais da estrutura administrativa da União.

Diante do exposto, a FHE não elabora os demonstrativos contábeis previstos na Lei n. 4.320/64.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN). A FHE também está divulgando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), como uma informação suplementar àquelas requeridas pelas normas contábeis referidas anteriormente, em conformidade com a Resolução nº 1.138, de 21.11.2008, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 25.01.2012.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 14), e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

b. Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Entidade em títulos mantidos até o vencimento. Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento.

d. Aplicações Imobiliárias

Os imóveis disponíveis para comercialização, representados por casas e apartamentos, recebidos em dação em pagamento e arrematação/adjudicação, terrenos adquiridos e/ou recebidos por meio de Remanejamentos Patrimoniais e obras efetuadas por esta FHE estão demonstrados pelo valor de custo. Objetivando adequar o valor contábil dos imóveis a comercializar ao preço de mercado, efetuou-se a avaliação anual.

Atendendo, ainda, aos requisitos constantes no Pronunciamento CPC 20, os juros pagos por empréstimos atribuídos a produção de ativo qualificável com geração de benefício futuro são capitalizados como custo.

e. Relações Interfinanceiras

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 6).

f. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. A classificação das operações com atraso superior a 30 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art.4º, da norma , que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Investimentos

Registrou até dezembro de 2011 ações de telefonia, participações societárias, onde não havia nenhum tipo de influência significativa, e estavam avaliadas pelo custo de aquisição (Nota Explicativa nº 11).

h. Imobilizado de Uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e a acessão do imóvel.

i. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não-financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

j. Ativos Contingentes e Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2010.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 14).

k. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com liquidez diária e que, portanto, apresentam risco insignificante de mudança de valor.

A composição do caixa e equivalentes de caixa dá-se da seguinte forma:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades	6.400	<u>350</u>
Caixa	4	2
Depósitos em Instituições Financeiras	6.396	348
Títulos e Valores Mobiliários – Livres	<u>332</u>	<u>199</u>
Cotas de Conta Investimentos – BB	332	199
Total Caixa e Equivalente de Caixa	6.732	549

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Refere-se a títulos e valores mobiliários adquiridos pela FHE e mantidos até o vencimento, no total de R\$ 332 mil, em 31.12.2011(R\$ 199 mil, em 31.12.2010).

NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

A carteira está composta dos seguintes valores:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
SFH – FGTS a ressarcir	34	0
SFH – FCVS	40.328	36.899
Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	23.256	22.309
Financiamentos com Recursos Próprios	21.840	19.358
(-) Provisão para Perdas	(4.768)	(4.768)

SFH – FGTS a ressarcir registra o valor a ser recebido da CEF para amortização dos financiamentos concedidos aos mutuários.

SFH – FCVS registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21.12.2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 4.768 mil, em 31.12.2011 (R\$ 4.768 mil em 31/12/2010) é constituída com a finalidade de estabelecer um valor para fazer frente a eventuais perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face do Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH – ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente – MIP, também operada pela Administradora do FCVS.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais.

SITUAÇÃO DA CARTEIRA

	31.12.2011
Não habilitados (i)	10.182
Habilitados e não homologados (ii)	338
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	1.850
Habilitados e homologados (iv)	28.425
Negativa de cobertura (v)	4.301
Total	45.096

- i) Representa os saldos de contratos não habilitados.
- (ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados.

- (iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS com valores apurados, com base na análise realizada não foram validados pela FHE. Para esses contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da FHE.
- (iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela FHE.
- (v) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento.

NOTA 7 - APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS

A conta apresenta a seguinte estrutura:

	Valores em R\$ mil		
10.1.1.a.1.1.1	31.12.2011	31.12.2010	
Terrenos, Apartamentos e Casas	113.530	94.712	
Obras em andamento	30.983	52.222	
Unidades Habitacionais em Construção	17.230	17.230	
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(96)	(1.239)	

Após a avaliação dos imóveis pela área operacional efetuou-se a reversão de provisão no final deste exercício, no montante de R\$ 1.140 mil.

NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira por modalidade

R\$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Operações de Crédito	1.958.087	2.114.980
Empréstimos	1.816.834	1.896.231
Empréstimo c/garantia hipotecária	391	2.705
Empréstimo c/garantia fiduciária	77	100
Empréstimos	1.816.366	1.893.426
Financiamentos	141.253	218.749
Financiamento – Habitação	139.087	215.774
Financiamento – Digital	2.166	2.975
Total da Carteira de Crédito	1.958.087	2.114.980

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(17.256)	(37.574)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(17.256)	(37.574)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	1.940.831	2.077.406
Total Circulante	552.236	538.584
Total Não-Circulante	1.388.595	1.538.822

b. Receitas de Operações de Crédito:

R\$ mil

	Exercício 2011	Exercício 2010
Receitas de Operações de Crédito	394.151	387.880

Total	394.151	387.880
Financiamento Digital	428	547
Financiamento Imobiliário	27.350	13.688
Empréstimos	366.373	373.645

c. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

		31.12.2011		31.12.2010	
Nível de	%	Valor das	Valor das	Valor das	Valor das
Risco	Provisão	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	0	1.848.238	0	1.906.567	0
\mathbf{A}	0,5	65.757	329	144.165	720
В	1	7.073	70	10.123	101
C	3	8.024	241	6.757	202
D	10	6.106	611	5.463	547
\mathbf{E}	30	5.552	1.665	5.199	1.560
\mathbf{F}	50	3.384	1.692	2.033	1.017
\mathbf{G}	70	4.354	3.048	4.153	2.907
H	100	9.600	9.600	30.520	30.520
Total		1.958.088	17.256	2.114.980	37.574

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	Exercício 2011	Exercício 2010
Saldo no início do exercício	37.574	31.251
Transferências para prejuízo	(48.296)	(31.237)
Reclassificação de prejuízo para	97	1.035
nível H		
Provisão constituída	27.881	36.525
Saldo Final do exercício	17.256	37.574

e. Outras informações

A FHE durante o exercício de 2011 realizou várias amortizações do empréstimo (Nota Explicativa nº 13), por meio de recursos próprios (R\$ 153.490 mil) e cessão de operações de crédito (R\$ 223.620 mil), ficando o saldo da operação, em 31.12.2011, reduzido a R\$ 29.000 mil. As cessões de operações de crédito pela FHE à POUPEX e que serviram para amortização do empréstimo foram as seguintes:

R\$ mil

Data	Valor contábil
01/11/2011	87.460
01/12/2011	136.160
Total	223.620

Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e financiamento para imóveis residenciais e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN n° 2.682/1999.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

a. Composição do grupamento:

R\$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas a receber	1.147	1.378
Comissões e Corretagens a receber	1.147	1.378
Diversos	8.175	31.421
Adiantamentos e Antecipações Salariais	26	32
Adiantamentos para Pagamento de nossa conta	1.226	2.201
Devedores por Depósitos em Garantia	3.983	4.757
Pagamentos a Ressarcir	399	409
Títulos e Créditos a receber	17.042	15.955
Venda de Terreno a prazo	0	16.647
Provisões	(17.042)	(11.484)
Devedores Diversos - Pais	2.541	2.904
Total	9.322	32.799

Classificação do Ativo:

Circulante	5.847	21.260
Não Circulante	3.475	11.539
Total	9.322	32.799

<u>Comissões e Corretagens a Receber</u> – registra os *pró-labore* a receber provenientes da venda de seguros e a taxa de administração do consórcio.

<u>Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta</u> – registra os adiantamentos concedidos a empregados, Escritórios Regionais e Postos para atender as despesas administrativas.

<u>Adiantamentos e Antecipações Salariais</u> – registra adiantamentos de férias, até que sejam transitados na folha de pagamento.

<u>Devedores por Depósitos em Garantia</u> – registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos fiscais e trabalhistas.

<u>Pagamentos a Ressarcir</u> – registra valor do FCVS, aguardando regularização quando da próxima novação dos créditos a serem homologados pela CEF.

<u>Títulos e Créditos a Receber</u> — registra as operações que foram objeto de renegociação.

Títulos e Créditos a Receber a Prazo — registra venda de terrenos.

<u>Devedores Diversos - País</u>: entre as diversas contas que compõem a rubrica, convém destacar as seguintes:

- Consignações a receber de terceiros (R\$ 1.314 mil) registra valores a serem processados no mês seguinte, relativos ao Empréstimo Simples e Financiamentos Imobiliários:
- Complementos de prestações a receber (R\$ 380 mil) registra a diferença no pagamento de prestações imobiliárias a serem analisadas e regularizadas pela área operacional;
- Pendências a regularizar EMS (R\$ 784 mil) registra valores transitórios do

empréstimo simples a serem regularizados, no dia seguinte.

b. Composição da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

		31.12.2011		31.12.2010	
Nível de	%	Valor das	Valor das	Valor das	Valor das
Risco	Provisão	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	0	0	0	3.948	0
A	0,5	0	0	8.142	41
В	1	0	0	7.655	10
C	3	0	0	669	219
D	10	0	0	616	62
\mathbf{E}	30	0	0	358	107
\mathbf{F}	50	0	0	188	94
G	70	0	0	250	175
H	100	17.042	17.042	10.776	10.776
Total		17.042	17.042	32.602	11.484

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS

Outros Valores e Bens — Esta conta registra o valor de Material em Estoque, que totaliza R\$ 32 mil em 31.12.2011.

NOTA 11 - INVESTIMENTO

<u>Investimento</u> – compreendia ações de telefonia, avaliadas pelo método de custo, que foram vendidas em dezembro de 2011. O saldo em 31.12.2010 era de R\$ 34 mil.

NOTA 12 – IMOBILIZADO DE USO

a. Composição:

				Exercício 2011	Exercício 2010
	Tx de depreciação e amortização	Custo	Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado	_				
Imobilizações em curso	0%	367	0	367	197
Imóveis de Uso	4%	85.519	(5.271)	80.249	83.648
Móveis e Equipamentos em Uso	10%	4.894	(1.376)	3.518	3.248
Sistema de Comunicação	20%	1.157	(366)	791	1.006
Sistema de Proc. de Dados	20%	11.409	(4.838)	6.570	8.852
Total		103.346	(11.851)	91.495	96.951

b. Movimentação:

Exercício 2011

	Saldo inicial 31.12.2010	Aquisiçõe s	Baixas	Depreciaçã o / Amortizaçã o	Saldo Final 31.12.2011
Terrenos	540	-	-	-	540
Imobilizações em curso	197	169	-	-	366
Edificações	83.108	-	-	(3.399)	79.709
Móveis e utensílios	2.891	733	(11)	(422)	3.191
Máquinas e aparelhos	356	36	(10)	(55)	327
Sistema de comunicação	1.007	10	(1)	(225)	791
Sistema de processamento	8.852	-	-	(2.281)	6.571
TOTAL	96.951	948	(22)	(6.382)	91.495

Exercício 2010

	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
	31.12.2009			/Amortização	31.12.2010
Terrenos					
	540	-	-	-	540
Móveis e equipamentos em					
estoque	1.834	0	(1.834)	-	•
Imobilizações em curso					
	79.643	4.741	(84.187)	-	197
Edificações					
	637	0	84.187-	(1.716)	83.108
Móveis e utensílios					
	662	686	1.823	(280)	2.891
Máquinas e aparelhos					
	322	89	(5)	(50)	356
Sistema de comunicação	50	1.064	-	(107)	1.007
Sistema de processamento	10.222	783	-	(2.153)	8.852
TOTAL	02.010	7.262	(16)	(4.200)	07.051
TOTAL	93.910	7.363	(16)	(4.306)	96.951

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

<u>Refinanciamentos</u> - conta que se refere a contrato de confissão e novação de dívidas com cessão de direitos creditórios e outras avenças, firmado entre a FHE e a Caixa Econômica Federal - CEF, com prazo de carência de 24 meses (prorrogado até 07.04.2012), juros nominais de 3,08% ao ano e atualização monetária, capitalizados mensalmente e incorporados ao saldo durante o prazo de carência, totalizando R\$ 5.284 mil, em 31.12.2011(R\$ 5.061 mil, em 31.12.2010).

Empréstimos - conta em que se registra o contrato de abertura de crédito realizado entre a FHE e a POUPEX, destinado a suprir necessidades de caixa para a concessão de Empréstimo Simples, com prazo indeterminado, remunerado por juros de 1,2% a.m., calculados "pro rata tempore", a contar da data do crédito até o último dia do mês e exigíveis nesta mesma data, cujo montante totaliza R\$ 29.000 mil, em 31.12.2011(R\$ 406.110 mil, em 31.12.2010). Também registra a produção de empreendimentos para a demanda do seu público alvo, atualizada,

mensalmente, "pro rata tempore" de acordo com a Taxa Referencial, totalizando R\$ 43.187 mil, em 31.12.2011 (R\$ 45.245 mil, em 31.12.2010).

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Esta conta engloba as seguintes obrigações:

<u>Fiscais e Previdenciárias</u> - registram-se os seguintes tributos: PASEP, IRRF, ISS, INSS, FGTS, IOF, CSLL, COFINS e PIS/PASEP- Lei n. 9.430/96, cujo total correspondem a R\$ 800 mil, em 31.12.2011 (R\$ 741 mil, em 31.12.2010).

<u>Obrigações por recursos consorciados – grupos encerrados</u> - refere-se a sobra de recursos de consorciados a ser devolvida aos mesmos em razão do encerramento dos grupos, totaliza em R\$ 1 mil, em 31.12.2011 (R\$ 4 mil, em 31.12.2010).

<u>Diversas</u> - registra as seguintes transações:

R\$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos do PROMORAR	3.652	3.576
Adiantamentos Recebidos	42.367	15.825
Credores por Recursos a Liberar	10.160	9.436
Provisões para Pagamentos a Efetuar	8.086	8.008
Provisão para Passivos Contingentes	7.285	8.469
Obrigações por Remanejamentos de Imóveis	5.100	5.109
Obrigações junto a POUPEX	14.532	12.125
Recursos de Garantias Realizadas	3.404	3.184
Prêmios de Seguros a Repassar	888	853
Demais	2.036	975
Valores recebidos	825	102
Encargos e Amortizações recebidas	64	67
Valores a regularizar - ES	525	495
Adiantamento de sinistros	106	1
Demais	516	310
Total	97.510	67.560

<u>Recursos do PROMORAR</u> - registra os valores referentes à taxa de ocupação do Empreendimento PROMORAR, no Rio de Janeiro.

<u>Adiantamentos Recebidos</u> – registra as importâncias recebidas dos mutuários, relativas à parte não financiada dos imóveis a serem comercializados.

<u>Credores por Recursos a Liberar</u> – registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

<u>Provisão para Pagamentos a Efetuar</u> - registra os valores referentes às provisões com pessoal: férias e encargos sociais; ISS - Imposto sobre serviços e pagamentos a fornecedores.

Provisão para Passivos Contingentes está assim representada:

	31.12.2011	31.12.2010
TRABALHISTAS	1	1.597
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - DEMANDAS	391	391

JUDICIAIS		
FUNDO PARA COBERTURA DE SINISTRO	5.859	3.092
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - AÇÕES	116	424
AÇÕES MOVIDAS POR CONSTRUTORAS	336	1.160
SEGURO/FAM/EMP.SIMPLES AÇÕES	582	1.805
Total	7.285	8.469

<u>Obrigações por Remanejamento de Imóveis</u> – corresponde à dívida assumida pela FHE por força de Termos de Ajuste e respectivos Termos Aditivos assinados com o Exército Brasileiro – EB.

<u>Obrigações junto à POUPEX</u> - refere-se a valores a serem repassados à APE-POUPEX a título de ressarcimento pelo custo de pessoal e processamento de dados.

<u>Recursos de Garantias Realizadas</u> - representa valores retidos das Construtoras como garantia, na ocasião do pagamento por execução de obras.

<u>Prêmios de Seguros a Repassar</u> - refere-se a valores de prêmios arrecadados nas operações de crédito a serem repassados a seguradora.

<u>Demais - Valores recebidos</u> – refere-se a valores recebidos para registro dos contratos de financiamento, transferência e taxa de avaliação dos mesmos.

<u>Demais - Encargos e Amortizações Recebidos - Financiamentos</u> - registra recebimento de prestações e amortizações de financiamentos imobiliários, aguardando registro no sistema de cadastro dos mesmos.

<u>Demais - Valores a regularizar</u> – registra basicamente valores transitórios do empréstimo simples.

<u>Demais - Outras – registra valores bancários ainda não baixados pelas áreas operacionais.</u>

NOTA 15 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O superávit da FHE, auferido em 31.12.2011, foi de R\$ 206.424 mil.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio da FHE é composto dos seguintes itens:

	Valores em R\$	Valores em R\$ mil		
	31.12.2011	31.12.2010		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.074.639	1.882.885		
Subvenção Inicial	621	621		
Reservas Especiais	97.433	97.433		
Reservas de Resultados Próprios	1.770.161	1.586.989		
Superávit do Exercício	206.424	197.842		

Neste exercício efetuou-se ajuste de provisão para créditos renegociados em decorrência de mudança do critério contábil, no montante de R\$ 14.670 mil.

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A FHE gere a APE-POUPEX, nos termos da Lei nº 6.855/80. Nos termos da referida Lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº

6.855/80, art. 1° § 2°, e art. 3°). Os dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.

As transações que a FHE efetua com a POUPEX têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos. Não obstante, divulgamos a seguir as transações existentes com a POUPEX:

- a) Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 35,31%, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de ressarcimento foi de R\$ 100.911 mil (R\$ 88.460 mil, em 31 de dezembro de 2010).
- b) Disponibilidades Conta remunerada O ativo de curto prazo refere-se a depósitos especiais aplicados na POUPEX remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cuja receita totalizou no exercício R\$ 3.533 mil (R\$ 2.777 mil, no exercício de 2010).
- c) Operações de Crédito Financiamentos cessão de crédito Referem-se a financiamentos cedidos conforme mencionado Nota Explicativa nº 8.e.
- d) Obrigações por Empréstimos e Repasse Empréstimos Referem-se ao empréstimo de abertura de crédito cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 29.000 mil (R\$ 406.110 mil em 31/12/2010), e a Produção de Empreendimento para construção, R\$ 43.187 mil (R\$ 45.245 mil em 31/12/2010), ambos referidos na Nota Explicativa nº 13. Os encargos apropriados no exercício de 2011 foram de R\$ 52.197 mil (R\$ 65.631 mil no exercício de 2010).

As transações efetuadas com a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX estão assim resumidas:

Contas patrimoniais:

Contas patrinomais.								
	31.12.2011				31.12	2010		
	Ativo	0	Passivo		At	ivo	Pass	sivo
	Curto	Longo	Curto	Longo	Curto	Longo	Curto	Longo
	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo
Custo:	0	0	14.532	0	0	0	12.125	0
Folha de Pessoal	0	0	13.851	0	0	0	11.771	0
Processamento	0	0	681	0	0	0	354	0
Obrigações por	0	0	72.187	0	0	0	0	
empréstimos								406.110
Empréstimos	0	0	29.000		0	0	0	406.110
Produção de	0	0	43.187	0	0	0	45.245	0
Empreendimentos								
Disponibilidades -	6.151	0	0	0	304	0	0	0
Depósito Especial								
FHE	6.151	0	0	0	304	0	0	0
Total	6.151	0	86.719	0	304	0	57.370	406.110

Contas de resultado:

	Exercício 2011	Exercício 2010
Custo com pessoal	(96.736)	(83.599)
Custo com TI	(4.175)	(4.861)
Encargos sobre Empréstimo	(52.197)	(65.361)
Receitas de Disponibilidades	3.533	2.777

NOTA 19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras informações extraídas dos controles mantidos pela FHE:

R\$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	249.625	0
Contratos de obras por empreitada	32.215	5.768
Hipotecas recebidas pela FHE	177.528	234.493
Contrato de permuta	197.325	197.325
SFH - Parcelas de Financiamentos a liberar	1.956	1.804

ERON CARLOS MARQUES Presidente da FHE

MARIA DE FÁTIMA M. GONÇALVES Contadora CRC/DF 008.116/0-1

CONCLUSÃO

No exercício de 2011, o bom desempenho do financiamento imobiliário mostrou que a gestão da FHE vem cumprindo com o objetivo de facilitar o acesso à casa própria aos associados da APE – POUPEX, prioritariamente aos militares do Exército, atendendo assim às necessidades de seus associados e acompanhando o crescimento do respectivo segmento de mercado.

Além do cumprimento de seu principal objetivo, a FHE não deixou de realizar os outros objetivos como a realização de empreendimentos habitacionais, a concessão de empréstimos e consórcios, e a contribuição para o bem-estar social da família militar.

Verificou-se também que a realização de licitações, os controles de risco e as orientações de auditoria são aplicados da forma como são orientados, mostrando ainda expectativas de melhoras em algumas atividades para os próximos anos.

Assim, as realizações da gestão no exercício de 2011, com o bom desempenho do financiamento imobiliário, com destaque para o lançamento do produto "Meu 1º Imóvel"; o produto Consórcio que recebeu alto índice de aprovação, conforme resultados de pesquisa realizada com os clientes; a concessão de Apoio Social, Cultural e Esportivo; o início do Projeto de Inovação e Melhorias de Processos, que envolve todas as Unidades Técnico-Administrativas da Instituição; a revisão do Planejamento Estratégico; e a criação da área específica para Análise de Ambiente Interno e Externo e Inteligência Competitiva, mostra o cumprimento dos objetivos da FHE e sua atuação por meio da gestão por resultados.

Para 2012, as expectativas da FHE são de entregar e comercializar empreendimentos habitacionais em mais de uma localidade do território nacional; dar continuidade à oferta de seus produtos e serviços; trabalhar na implementação das primeiras melhorias levantadas no Projeto de Inovação; acompanhar o Planejamento estratégico institucional; e realizar análise de ambiente interno e externo, e de produtos, em relação ao mercado.